



Gênero em Termos Reais: revisitando Connel apoiado em epistemologias transmasculinas brasileiras

Benjamin de Almeida Neves

Este artigo busca discutir alguns desafios que se colocam, nesse momento da história, aos processos de construção das epistemologias transmasculinas brasileiras e também explora de que forma essa construção pode também dialogar e visitar a obra de Connel, intitulada *Gênero em Termos Reais* (2016).

Não tenho a intenção de formular “uma única e verdadeira versão transmasculina da história da experiência humana” e nem de provocar Connel, pois, de acordo com Sandra Harding (1986), por exemplo, algumas vertentes feministas, especialmente as do norte (CONNEL, 2016), se arriscam a reproduzir na teoria e na prática política a tendência das explicações patriarcais para policiar o pensamento, presumindo que somente os problemas de algumas mulheres são problemas humanos.

Nós temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça, etnia, sexualidades, cultura, região geográfica, religião e necessidades corporais específicas, assim como homens transexuais e pessoas transmasculinas. No entanto, é exatamente por ainda existirem lacunas e invisibilizações das mais diversas com relação a este grupo de pessoas que por vezes faço uso de minhas experiências/vivências enquanto pesquisador, professor e ativista transfeminista das transmasculinidades²², navegando e resistindo em espaços de poder e de discursos patriarcais e cisgêneros, e agregando/trago através de minha voz, outras tantas. Harding entende que:

Contudo, também dizemos, às vezes, que a própria teorização é, em si mesma, perigosamente patriarcal, porque presume a separação entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido, entre sujeito e objeto, e supõe a possibilidade de uma visão eficaz, exata e transcendente, pela qual a natureza e a vida social

²²O transfeminismo do Sul (CONNEL, 2016), mais especificamente brasileiro, não contempla algumas especificidades do transfeminismo das transmasculinidades, como a negra, por exemplo. No intuito de sairmos da zona da invisibilização, eu e alguns outros ativistas transmasculinos brasileiros, com as mais diversas características, temos desejado marcar e ocupar esse espaço, pois temos muito a contribuir para a discussão e para a desconstrução do racismo estrutural de nosso país. Para maiores informações sobre Transfeminismo Negro das Transmasculinidades, ver <http://negrosblogueiros.com.br/>



tomam a perspectiva que nos parece correta. (HARDING, 1993, p. 10)

Ao pensarmos nos coletivos transmasculinos brasileiros marcados por posições e espaços tempos interseccionais e na minha relação com eles e com todas as outras formas de poder que os constituem, dentro e fora deles, seria no mínimo desleal de minha parte ou pretensioso tentar usar “termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido” (HARDING, 1993, p. 10). Eu não devo sequer esboçar esse tipo de compromisso, pois ele seria equivocado. Ao mesmo tempo em que faço parte desses coletivos e tenho a transmasculinidade como subjetividade comum, tenho inúmeras outras características como pessoa transmasculina que me diferem, às vezes me privilegiando, outras nem tanto, e exatamente por este motivo fazer determinadas escolhas epistemológicas pode ser um tanto arriscado.

Todavia, ainda que eu tema reproduzir uma associação patriarcal entre saber e poder, em detrimento de pessoas transmasculinas cujas experiências/narrativas ainda não foram inteiramente expressas nos *estudos trans*, por eles ainda serem muito recentes em nosso país e também em outros, esse risco se torna apropriado e historicamente oportuno. Quando se trata da construção de outro olhar(es) em pesquisas sobre pessoas trans e conduzidas por pessoas trans, pesquisadoras brasileiras como Guilherme Almeida, André Guerreiro, Jaqueline Gomes de Jesus, Leonardo Peçanha, MeggRayara, entre outras, têm contribuído para romper com essa segregação.

Em *Tráfico Sexual: entrevista* (2003), quando Judith Butler e Rubin discutem sobre as diferenças e supostas superioridades de trabalhos teóricos versus trabalhos empíricos, Rubin afirma que não deveria existir tal hierarquia e que um tipo de trabalho não invalida o outro. Ela ainda pontua que acredita sim, mesmo em se tratando de sexualidade, que dados podem ser muito úteis. Mesmo que saibamos que muitas vezes esses dados estão “sujos”, ou seja, eles misturam ou ignoram diversas especificidades de algumas pessoas, eles demarcam um tempo, um momento histórico. Ela nos afirma:

Sou da velha opinião, inspirada na ciência social, de que afirmações sobre populações de carne e osso devem se basear em algum conhecimento dessas populações, não em análises especulativas, textos literários, representações fílmicas, ou pressuposições. Já posso antever a objeção a essas afirmações:



“mas Deleuze”, alguém haverá de dizer, “é Teoria”. (RUBIN, 2003, p. 201)

Em sua única obra traduzida para o idioma português, *Gênero em Termos Reais* (CONNEL, 2016), a renomada autora australiana inaugura o primeiro capítulo desta tratando da colonialidade do gênero, nos chamando a atenção para uma necessária reformulação nos modos de se pensar formas e fontes das análises de gênero.

Connel inicia suas produções de pensamento nos trazendo informações sobre autoras do norte e a preocupação atual destas em “formular suas análises conceituais em escala mundial”. Ainda que a autora concorde que este tipo de pensamento acadêmico sobre o gênero seja produtivo, ela aponta que há um problema em sua base: a subestimação do conhecimento das “periferias”.

Proponho “periferias”, no plural, pois além de não acreditar que exista apenas uma, mas sim várias, elas não estariam apenas associadas à periferia versus centros-burgueses. Elas estão associadas aos mais diversos tipos de conhecimento: de autoras cisgêneras a autoras negras, trans, indígenas, latinas e outros grupos sociais invisibilizados e de conhecimentos ainda deslegitimados.

Por esses conhecimentos ainda serem deslegitimados, diversas autoras e pesquisadoras, principalmente aquelas que se dedicam a pesquisas ativistas, têm usado como uma das muitas estratégias possíveis a ser adotada a de escreverem em primeira pessoa.

Demarcando seus lugares de fala e pertencimento a determinado grupo minoritário, essa estratégia pode ser vista por diversas ativistas/pesquisadoras jovens como potencialidade. Todavia, por outras pesquisadoras, como eu mesmo, talvez não tão céticas quanto à sua eficácia e futuras consequências, ela seja vista com certa desconfiança. Disputas epistemológicas são potentes, mas nem todo discurso o é. Há um espaço tempo e uma cronologia que merecem ser levadas em consideração, além de investimentos de anos por parte de alguns dessas pesquisadoras que hoje são vistos, às vezes, como novidades na “cena”.

Ainda expondo propostas para realizar essas mudanças de paradigmas e epistemologias, a autora propõe uma abertura para a discussão da temática, ou seja, que ela não seja vista e falada apenas a partir de uma abordagem biológica, envolvendo somente as categorias masculino e feminino.



A escala das consequências do poder colonial é infinda e não desproposita. Houve um esforço por parte dos colonizadores, cultural e organizacionalmente, e também, repostas ativas por parte de alguns colonizados.

Uma dessas consequências, por exemplo, são as respostas ativas dos homens nas análises de gênero. Ainda que alguns países, como o Chile, tenham investido em tratar com seriedade a temática das masculinidades, e de como a (des)construção dessa masculinidade hegemônica precisa ser discutida/tratada, ela ainda está em andamento e se apresenta como um dos desafios deste século em se tratando sobre estudos de gênero.

Há uma tendência, apontada em diferentes conferências da ONU sobre mulheres, da Cidade do México, em 1975, a Pequim, em 1995, por parte de algumas teóricas feministas do Sul, em reconhecer que não há uma única ordem de gênero. A crítica a um universalismo pouco explorado nas teorias que vêm do Norte tem sido um tema bastante explorado nos estudos feministas africanos, por exemplo.

De acordo com Connel, as diversas comunidades globais têm cada vez mais compreendido que existem diferenças irreduzíveis entre perspectivas feministas e que colocam a questão da diversidade e a multiplicidade das formas de gênero não na esfera do individual, mas na da ordem de gênero e das dinâmicas destas relações na sociedade de uma forma geral.

Na página 39, a autora nos aponta que há, por exemplo, no Norte, uma literatura que tende a mesclar diferentes pessoas transexuais e travestis de diferentes países e culturas, numa única categoria: a de transgêneres (FEINBERG, 1998). Todavia, ainda que estudos com foco mais próximo nesses grupos tenham contestado/contestem essa percepção, creio que seja necessário retomarmos a obra de Feinberg em questão, *Transgender Liberation* (1998), e a contextualizarmos.

Feinberg, historiador, ativista e pessoa transmasculina, falecida em 2014, quando cita June Jordan, por exemplo, poeta Afro-Americano, em “We are the ones we have been waiting for”²³ (FEINBERG, 1998, p. 62), “cai” em falsa armadilha, influenciado por uniões sindicais e pelos próprios movimentos feministas norte-americanos brancos, em sua maioria, em que o Eu ainda podia ser universalizado.

Talvez, em 1998, isso ainda fosse possível de se cogitar, ainda que naquela mesma época houvesse ruídos pela proposta da criação de uma única categoria, a de transgêneres, que englobasse as mais diversas identidades e subjetividades humanas. Preocupado, especialmente, com a falta de acesso ao cuidado em saúde por parte destes

²³ “Nós somos aqueles por quem estávamos esperando” (tradução livre minha).



grupos de pessoas trans, menos favorecidas, o autor e historiador trans apostava em um termo/categoria política que abarcasse todos esses outros grupos, para que não somente se conseguisse acesso à saúde mais rapidamente, quanto a outras políticas públicas em direitos humanos.

Todavia, como eu mesmo pude presenciar no I Encontro Nacional de Homens Trans e pessoas transmasculinas, que ocorreu na USP, em fevereiro de 2015, em São Paulo, e que contou com diversas pessoas com essas especificidades, o debate acerca da escolha de uma única categoria política de identificação social dessas pessoas foi acalorado.

Quanto mais tecnologias e informações que as pessoas foram expostas ou vivenciaram sobre quem elas são no mundo, que tipo(s) de identidades se pode reivindicar, assumir, transformar ou adaptar, por exemplo, foi se alargando. Mais e mais pessoas, por motivos distintos, passaram a se ver com suas próprias lutas e a demandarem diferentes acontecimentos/atos.

Esta percepção e demanda por parte de algumas pessoas trans é legítima e deve ser discutida. Pude perceber que, ao longo da história transmasculina brasileira e também em escala global, as categorias foram redesenhando as demandas, e as demandas atendidas e as não atendidas serviram/servem para se repensar essas próprias novas, auto-determinadas, categorias identitárias (ALMEIDA, 2012).

Voltando ao I ENAHT acima mencionado, especificamente, é válido mencionar que os homens trans e pessoas transmasculinas presentes acordaram em plenária que uma nova nomenclatura política será futuramente escolhida, de forma que ela seja mais inclusiva.

Por fim, pensando justamente sobre inclusão versus exclusão, creio ser válida a reflexão por parte de ativistas trans brasileiros, incluindo também a mim, de (re)pensarmos sobre que pessoas, quem de nós, que acessamos movimentos sociais, o que por si só já é um privilégio e um marcador sobre outras pessoas que não conhecem ou que não podem estar presentes nesses espaços, está/estamos fazendo escolhas realmente “inclusivas”?

Feinberg, ao defender o uso da nomenclatura transgênero, o fez na tentativa de interseccionalizar subjetividades outras e transgeneridades, provavelmente com boas intenções. No entanto, na tentativa de incluir, diversas pessoas trans se sentiram excluídas e/ou apagadas.



Em se tratando de saúde trans-específica e do momento ilegítimo de (des)governância, e da despatologização das identidades trans no Brasil, me preocupo com as consequências que pessoas que vivem suas identidades trans mais fixamente e que não dispõem de recursos financeiros, e muitas vezes afetivos também, possam passar/sofrer.

De acordo com o acima exposto, proponho repensarmos a sugestão de Connel (2013, p. 44), quando nos afirma:

Apenas uma única teoria do gênero que incorpore sistematicamente a experiência e o pensamento do mundo da maioria será poderosa o suficiente para compreender as dinâmicas do gênero em escala global.

Ou seja: uma única teoria de gênero não seria capaz de incorporar experiência e pensamento do mundo da maioria, mas teorias. Para se compreender as dinâmicas do gênero em escala global, é preciso explorá-las em escalas nacionais, na micropolítica, uma vez que essa “maioria” corre o risco de ser recortada tendenciosamente.

Connel inicia este segundo capítulo com uma citação de um padre e poeta, John Donne. Não por acaso, ao final do mesmo capítulo, estrategicamente, a autora faz a escolha de citar um autor muçulmano e um princípio islâmico. Connel, mais uma vez, nos mostra ser uma autora, ainda que a mesma não tenha se intitulado desta forma, atenta e interseccional.

Ao fazer uso desta estratégia, me ponho a refletir sobre que autoras ou pesquisadores, internacionalmente conhecidos, têm demonstrado este tipo de preocupação em seus trabalhos e o(s) motivo(s) que os fazem realizar esta escolha²⁴.

²⁴ As consequências intelectuais são menos discutidas, mas são profundas. Para publicar em periódicos da Metrópole, deve-se escrever seguindo os gêneros da Metrópole, citar a literatura da Metrópole e tornar-se parte do discurso lá produzido. Para um cientista social, como a própria Connel e segundo suas palavras, isso significa tanto descrever sua própria sociedade *como se fosse* metrópole, suprimindo sua especificidade histórica; ou descrevê-la em termos comparativos, situando sua especificidade nos parâmetros da metrópole. Neste último caso, o cientista social torna-se o informante nativo para o mundo intelectual da metrópole (CONNEL, 2012), em *A Iminente revolução na teoria social*, Rev.bras.Ci. Soc.vol.27 n° 80 São Paulo Oct.2012. Tradução de João Maria + Ver Sociologias Nacionais, *Doingsociology in India* (PETEL, 2011) + Universalismo alternativo Islâmico (tradições islâmicas nas ciências sociais e a filosofia inspirada em Chandi (ALATAS, 2006, LAL, 2002), aqui não se trata de pluralismo epistemológico, que seria minha aposta inicial, mas Connel nos afirma que “esta seria uma estratégia de outra ordem, uma racionalidade que está fundada em um lugar não aquele ocupado pelas tradições metrocentradas” (CONNEL, 2012).



Arriscaria a dizer que, na sua grande maioria, diversos pesquisadores, que não são atravessados por subjetividades não hegemônicas, sejam elas das mais diversas ordens, e tomados por estas ausências de atravessamentos, mais raramente conseguem se colocar nesse lugar *Outro* (LÉVINAS, 1982), enquanto que aqueles com atravessamentos outros poderiam o fazer em um sentido de amplitude e flexibilidade maiores.

Neste capítulo, a autora trata dos conceitos fundamentais sobre corporificação e o lugar da ciência global, refletindo sobre as formas sobre as quais a deficiência está envolvida em processos que moldaram essa sociedade, como a colonização, o capitalismo global e o patriarcado, nos deslocando e nos fazendo analisar sobre o que seria exatamente esta *política da deficiência*.

Ao descrever sobre *corporificação social* e ontoformatividade²⁵, Connel nos afirma que, no passado, era comum, em estudos sobre a inteligência ou os papéis sexuais, que a determinação biológica fosse destino. De acordo com o recente relatório Mundial sobre a Deficiência da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2011), as deficiências seriam compreendidas exclusivamente como fatos físicos sobre os corpos, com pouca atenção aos processos sociais que as produzem.

Nas décadas de 1980 e 1990, através da abordagem sócio-construcionista da deficiência, modelos biomédicos sobre causas e efeitos, assim como classificação a-histórica dos corpos, e ao poder de profissionais sobre grupos marginalizados, foram indagados e houve reconhecimento de que estruturas sociais e discursos culturais seriam capazes de definir e moldar experiências corpóreas.

O poder de processos sociais em criar hierarquias entre corpos tem sido mostrado amplamente, através dos continentes e séculos, e pessoas com deficiência(s) têm sido apresentadas como sem valor ou menos valor, objetos de compaixão e/ou nojo e, na maioria das vezes, inutilizáveis. Todavia, algumas culturas ofertam valores distintos às corporificações. Xamãs, por exemplo, pessoas que se acredita que detêm poderes especiais de cura, são muito procuradas por diversas pessoas.

O “modelo social” da deficiência, segundo a autora, foi construído por acadêmicos britânicos. No entanto, uma forte definição na determinação pelos sistemas sociais também apresenta problemas, especialmente quando se pensa em Sul Global. Por volta dos anos 2000, quando se reconhece a importância dos processos sociais na

²⁵ O conceito de “ontoformativo” é produzido por Connel para analisar como processos de construção de gênero envolvem modelagens e rupturas sociais e culturais violentas, que são inscritas no próprio corpo (CONNEL, 2012).



produção de configurações corporais, Connel nos chama a atenção para o fato de que a história social não independe dos corpos humanos, e passa a adotar e a desenvolver o conceito de corporificação social.

Quando ela trata da “deficiência”, ela enfatiza o primeiro lado da corporificação social, a maneira como os corpos participam de dinâmicas sociais e debilitação, seria enfatizar a forma como as dinâmicas sociais impactam sobre os corpos. Para se entender a corporificação social, é preciso reconhecer agência dos corpos, não apenas sua materialidade como objetos, mas seu poder produtivo em relações sociais.

Em seguida, a autora nos aponta para o fato de que a deficiência necessita ser compreendida como algo que surge no tempo. As pessoas com deficiência, incluindo também algumas pessoas trans, com singularidades e construções corporais outras, estão participando de um processo político de redescoberta de sua própria história.

Ainda de acordo com Connel, as estruturas sociais estão sempre em processo de construção, contradição e transformação, e seu poder determinador não deriva de algo inesperado, algo operado por sistemas, mas, especificamente, das dinâmicas históricas das quais fazem parte.

Mais tarde, a autora nos chama a atenção para a questão das perspectivas do sul sobre a compreensão de teorias. Connel nos afirma que a ciência é vista como algo genérico, universal, logo, seus conceitos e métodos poderiam ser aplicados a qualquer lugar. Sendo esse o caso, não importaria o local de partida dessa ciência.

No entanto, ainda no mesmo capítulo, ela nos apresenta dados bem específicos que nos apontam que há uma disparidade e uma deslegitimação do conhecimento e das teorizações sulistas e de uma má compreensão do conceito de ciência universal. Para a autora australiana, a ciência não é algo que existe fora da cultura e da sociedade que a produz. Teorias que aparecem na metrópole estão infestadas de perspectivas do mundo disponíveis na metrópole, em um determinado espaço tempo de cientistas que trabalharam à época.

Tendo isto em vista, Connel nos propõe algumas estratégias para transpormos os limites ou os vícios dos pensamentos da metrópole. Dentre essas estratégias propostas, se destaca a de examinar as formas de conhecimento que surgiram em resposta ao poder das metrópoles, entre intelectuais de sociedades colonizadas do sul. Utilizando o que ela chama de projeto “Teorias do Sul” (CONNEL, 2007), a autora acredita que há brechas para uma renovação de pensamentos e espaço para analisar a corporificação em escala



mundial e reconhecer a ontoformatividade das práticas sociais corporificadas em escala mundial, acompanhando as perspectivas do Sul Global.

Ainda que Connel não queira se alongar na violência das consequências das conquistas coloniais, somos também atingidos por ela. A autora sinaliza que essa escala de violência precisa ser reconhecida. A corporificação social do poder, que além de usar a força e deixar diversas pessoas deficientes, lesionou coletivamente populações inteiras. Esse sofrimento social não é aleatório, ele sempre vem acompanhado por divisões etnoreligiosas e por relações de gênero.

A conquista colonial trouxe uma crise às ordens sociais segundo as quais a corporificação vinha sendo organizada, ou seja, hierarquias raciais, por exemplo, transformaram o modo como as diferenças corporais, debilitações/lesões e habilidades eram socialmente construídas. O modelo médico emergente sobre a deficiência no mundo ao norte do Atlântico foi exportado para as colônias unido à cultura dos colonizadores, em contradição com os conhecimentos locais e tradicionais sobre os corpos.

Em seguida, Connel trata do capitalismo global, do patriarcado moderno e de suas consequências. O capitalismo global substituiu as forças de trabalho produzidas forçadamente, pelo trabalho livre. No entanto, em circunstâncias em que muitos estão desesperados para obter renda, há de se refletir sobre este conceito de “livre”. Ainda segundo a autora, a agenda neoliberal, que procura diminuir o papel do Estado e expandir o de alcance de mercado, é hoje percebida em todas as áreas de serviços públicos.

A ordem capitalista patriarcal moderna estabelece duas categorias de corpos: aqueles cujos trabalhos geram lucros e aqueles que não o fazem (“pessoas-lixo”). Isso molda a compreensão sobre deficiência. Tendo o capitalismo como princípio, alguns corpos com deficiência serão merecedores de assistência e outros serão reconhecidos como aptos a trabalhar, dependendo do seu gênero, em atividades específicas e em condições diferenciadas.

Considerando que a maior parte das ordens de gênero é patriarcal e que temos uma economia globalizada, um patriarcado modernizado foi autorizado internacionalmente como hegemônico. Estas ordens patriarcais costumam definir as mulheres em termos de sua capacidade de reproduzir/procriar, restringindo suas sexualidades e mobilidades. Aqui, arriscaria a dizer que as *deficiências são produzidas*



em corpos de pessoas com capacidades reprodutoras, não diria apenas em corpos de mulheres.

Gênero, segundo Connel, é um termo lido como sinônimo de “mulheres”. No entanto, os homens também estão envolvidos, assim como as pessoas trans, travestis e as não binárias ou *queers*. Todas essas pessoas estão envolvidas em relações de gênero, e flertam ou rejeitam padrões de masculinidade e feminilidade construídos por meio da corporificação social.

Por fim, a autora tenta nos mostrar que processos e estruturas conhecidas devem ser entendidos como algo corporificado, e que a leitura dos corpos necessita ser vista por meio das dinâmicas sociais. O Estado é uma chave para o poder dos modelos médicos, pois ele provém serviços, definindo ou negando direitos.

Partindo do princípio de que a história da corporificação social no mundo colonizado é diferente, as estruturas econômicas, recursos, oportunidades políticas e necessidades também. Coisas podem ser mais urgentes que pessoas. No entanto, a autora nos dá uma ponta de esperança ao mencionar que comunidades locais são capazes de transformar a cultura e de inventar novas estratégias. Como exemplo, ela cita o número crescente de famílias da classe trabalhadora que, na Índia, têm modificado as divisões generificadas do trabalho conforme oportunidades, para mulheres, surgirem na força de trabalho.

Ou seja, o conhecimento local ou tradicional é capaz de promover desenvolvimento, e a política em torno da deficiência pode conseguir recursos ali que não estão disponíveis nas metrópoles ou nas agências internacionais. O mundo colonizado e pós-colonial tem recursos intelectuais. Estes recursos podem alimentar a luta para superar a marginalidade, prevenir danos e fazer com que as vozes das pessoas com deficiência sejam ouvidas, de fato.

Na segunda parte de sua obra que trata sobre masculinidades, Connel inicia este debate nos apontando que, ainda que a igualdade de gênero tenha sido inserida na agenda política, para que ela seja modificada ela também precisa incluir homens.

Afirmando que homens e meninos não são um número não significativo, controlador de acesso da igualdade de gênero, Connel nos indaga se esses homens estariam dispostes a abrir mão de seus privilégios. Sendo eu mesmo pertencente a esta última categoria, mas também interseccionalizado por outras, e vinculado a um grupo minoritário de pouca visibilidade e acesso a direitos civis básicos, é preciso ter cautela ao falarmos sobre que privilégios exatamente seriam esses.



Compreendendo que neste capítulo Connel novamente opta por não falar sobre transmasculinidades, me pergunto o(s) motivo(s) pelo qual(quais) a impediram de tê-lo feito. Se ela nos propõe buscarmos por esta equidade de gênero, precisamos também incluir outros homens, ou melhor, outras masculinidades: a feminina, a negra, a periférica, as transmasculinidades e outras, por exemplo, ao debate.

Mais adiante, a autora afirma que as relações de gênero ocorrem em escala global, embora nem sempre na mesma direção ou na mesma velocidade. Diversos estudos por ela comentados mostram como as vidas de grupos específicos de homens são feitas por dinâmicas políticas e econômicas identificáveis mundialmente. Em um determinado momento do capítulo, Connel reconhece que há uma “polarização” entre os homens em escala mundial, onde uma minoria privilegiada com poder e riqueza goza de direitos e privilégios, enquanto números muito maiores lidam com a pobreza, rupturas de relacionamentos familiares e outras especificidades.

Ao tomarmos os homens somente como categoria de fundo em um discurso de política sobre mulheres, a autora nos afirma ser difícil levantar questões sobre os interesses, problemas ou a diversidade de homens e meninos. Connel nos sugere, ainda, que a estrutura das políticas de igualdade de gênero criou uma oportunidade para políticas antifeministas.

Creio que esta última afirmativa seja importante em ser problematizada, mas ela soa um tanto radical. Pessoas, sejam elas dos mais variados gêneros, podem ser mau caráter. Muitas situações não envolvem apenas questões de gênero – ainda que esta análise deva ser sempre feita e levada em consideração –, elas também envolvem ética, ou melhor, a ausência dela, por inúmeras vezes.

Acreditar que, no campo de gênero e desenvolvimento, incluir os homens possa minar o esforço em prol da igualdade também é não reconhecer homens trans, suas lutas e nem mesmo as próprias identidades destes. Enquanto pesquisador, ativista e também um homem trans, me causa incômodo esta afirmativa de Connel de que a posição dos homens não mudou muito.

De acordo com a autora australiana, “nós” continuamos sendo a maioria dos executivos, profissionais de alto escalão e ocupantes de altos cargos políticos. Estes homens que Connel trata têm outro(s) recorte(s). São pertencentes a uma elite masculina e não deveriam mais ser tratados como modelos legítimos e únicos a serem levados em conta em diversas pesquisas, enquanto que as “masculinidades alternativas ou plurais”, seguem sendo invisibilizadas e seus discursos e demandas não ampliados. Estas outras



masculinidades podem e têm muito a contribuir para novas produções de pensamentos acerca do que seja hoje se falar ou discutir sobre igualdade de gênero.

Na página 99, a autora parece se contradizer e nos apresenta exatamente esta inversão de valores e marca a presença dessa interseccionalidade em diversos homens. Estes homens, que se beneficiam de direitos e privilégios, são vistos como pertencentes a um pequeno grupo e muito diferente dos demais. Tendo isto em vista, esses diferentes homens reagem de maneiras distintas a políticas de igualdade de gênero.

Concluindo, Connel nos aponta que há motivos para termos otimismo, quando ela cita sobre os estudos de masculinidades no Chile e os desvios que muitos homens chilenos tomam, não seguindo um modelo hegemônico de masculinidade, respeitando mais mulheres e meninas e tendo relações mais igualitárias.

Por outro lado, ela menciona que um dos principais motivos para o pessimismo com relação às mudanças relacionadas à igualdade de gênero se refere à baixa ou nula representação oficial dos interesses dos homens e também à ausência de uma posição política unificada destes.

Novamente, creio que os movimentos de homens trans, que existem em diversos países pelo globo e as ações micropolíticas de cada um desses indivíduos transmasculinos, possam e muito agregar ideias e criar novas possibilidades às questões de gênero. Considerando que muitos destes já têm suas demandas em pauta e também possuem seus representantes políticos, há de se compreender que esta transformação já está(va) em andamento e, no entanto, ainda não lhe foi dada visibilidade.

Tirando proveito mais uma vez de seu *otimismo oportuno*, ela tenta nos mostrar através de resultados de uma pesquisa quantitativa, realizada por uma equipe da Universidade de Sydney e do setor público de Nova Gales do Sul, que ela chama de “ponte criada para cobrir o abismo das complexidades amplas das vivências das relações de gênero em agências estatais”, e identifica questionáveis posições onde: as oportunidades de trabalho para as mulheres são mais diversas, há mais liberdade para mulheres se expressarem, há mais mulheres ocupando posições de poder, sofrendo menos assédio e também sexismo às claras.

Os resultados finais desta pesquisa soam tendenciosos e políticos. Parecem contraditórios se os compararmos a dados internacionais sobre altas taxas de *transfeminicídios* em diversas partes do mundo. A maior parte das sociedades, incluindo a australiana e seus grupos populacionais locais primários aborígenes, são excluídas ou invisibilizadas nesta pesquisa australiana citada pela autora.



Temos um grupo fechado de pessoas apenas diferenciadas por seus gêneros. Primeiramente, não sabemos quantes destas pessoas de fato se identificam enquanto homens ou mulheres, e na maioria das pesquisas quantitativas, ainda não são incluídas categorias outras de pessoas, como as pessoas trans, por exemplo. Em segundo lugar, não sabemos outras especificidades delas, mas, considerando que estas pessoas estão empregadas, já temos um recorte que as diferem em direitos e privilégios de pessoas que estão desempregadas ou subempregadas.

Também não somos informados sobre que funções outras as mulheres exercem nestas agências estatais, a que classes sociais elas pertencem, suas raças, idades, região(ões), se tinham ou não filhos, onde moravam e outras subjetividades, e as ausências dessas mesmas subjetividades podem(riam) ser essenciais para termos uma melhor compreensão das dinâmicas de gênero atuais.

Vale ainda mencionar que meu intuito não é apenas apontar análises negativas da pesquisa de Connel, mas enunciar que ela pode ou poderia ser explorada ou mesmo refeita agora, em 2018, por exemplo, nas mesmas agências estatais, mas ampliando o repertório de subjetividades investigadas da pesquisa anterior e possivelmente, assim, nos revelando problemáticas outras e também propostas e (novas) conquistas em políticas públicas.

Como um exemplo de um dado positivo da pesquisa, o temos quando ela nos revela que uma pessoa, uma apenas, identifica que as complexidades das questões de gênero não foram e talvez nunca possam ser apagadas ou excluídas totalmente das relações, que assédios e abusos hoje ficavam mais subentendidos, fosse por “alienação juvenil” de mulheres, programada pelo Neoliberalismo, por exemplo, pode-se se sentir a tensão de termos o desconhecimento destas causas como destino.

Ainda que apenas uma pessoa tenha identificado e contribuído para observarmos os antigos e os novos desafios que tangem as questões de gênero que temos à frente, cabe a nós, enquanto pesquisadoras da temática, termos um compromisso ético e responsável de nossas escutas e contribuirmos para a multiplicação e compartilhamento dos mais diversos saberes, os interseccionalizando e lhes dando visibilidade.

Referências

- ALMEIDA, G. “Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?”
Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 2, n. 20, mai/ago 2012, pp.513-52
- CONNEL, R. Gênero em termos reais. São Paulo: Inversos, 2016



FEINBERG, L. *Trans Liberation*. Beacon Press: Boston, 1998.

HALBERSTAM, J. *Female Masculinity*. Durham and London: Duke, 1998.

HARDING, S. "A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista". *Estudos Feministas*, v. 7, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018

LEATHERBY, G. "Childless and bereft?: Stereotypes and realities in relation to 'voluntary' and 'involuntary' childlessness and womanhood". *Sociological Inquiry*, v. 72, n. 1, Winter 2002, p. 7-20.

LEVINAS, E. *Totalidade e Infinito*. (TI). (1961). Tradução José Pinto Ribeiro, Lisboa-Portugal: Edições 70, 1988.

MOITA LOPES, L. P. da (Org). *Por uma Linguística Aplicada Interdisciplinar*. São Paulo: ParábolaEditoria, 2006.

RUBIN, G. *Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*. USA: BlackwellPublishing, 2006.

RUBIN, G.; BUTLER, J. "Tráfico sexual: entrevista". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332003000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2018.